

## **ISRAEL DEFENSE FORCES STRATEGY (2015): REFLEXOS DA ALIANÇA DE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL NA ATUAL POLÍTICA DECLARATÓRIA DE DEFESA DE ISRAEL**

*Israel defense forces strategy (2015): the impact of the alliance between United States and Israel on the Israel national defense policy*

Júlia Loose<sup>1</sup>

### **Introdução**

Estados Unidos e Israel possuem uma herança histórica de aliança a qual abarca um amplo processo de fatores causais somados as alterações conjunturais do Sistema Internacional. Tal qual, representada pelo fim da bipolaridade da Guerra Fria. Muitos são os debates quanto à caracterização da polaridade global desde então, no entanto, parte-se do pressuposto que no primeiro momento a configuração consolidada foi a unipolaridade com protagonismo dos Estados Unidos. Para além do nível sistêmico, regiões passaram a ser consideradas como ambientes sistêmicos autônomos, com potências regionais capazes de liderá-las. O mundo tornou-se regionalizado e neste processo destaca-se as diferentes estratégias de alinhamento que envolvem a intersecção entre poderes globais e regionais.

Conforme apontado por Roche (2012, p. 17), no período Pós-Guerra Fria o Oriente Médio passou a ser o cenário “do destino do planeta”. Marcada por uma conjuntura de conflito, diversidade cultural, antagonismo religioso e estados-nações em busca de autonomia, a região foi palco de influência ocidental. O que se tornou evidente tanto na configuração<sup>2</sup> de bipolaridade quanto de unipolaridade a partir da década de 1990. Mediante a influência dos Estados Unidos, um exemplo desse antagonismo representado como uma peça fora do tabuleiro do “mundo árabe” está Israel.

Em face deste cenário, o artigo propõe como problema: qual o papel dos Estados Unidos na construção da atual política declaratória de defesa de Israel no que tange a identificação de ameaças

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: loose.jl@gmail.com

<sup>2</sup>Aborda-se o termo “caracterização” para identificação da polaridade global, dado que o significado de “ordem” implica na utilização de bibliografia própria, a qual este artigo não se propõe.

estatais? A hipótese inicial considera que a interpretação da percepção de ameaças contidas no documento da política declaratória de defesa de Israel são produto da aliança histórica e congruência de interesses de ambos para o Sistema Regional do Oriente Médio, traduzido na estratégia de alinhamento de balanceamento regional. Se por um lado, os Estados Unidos na sua condição de unipólo, se utiliza de Israel como assegurador de seus interesses, por outro lado, Israel na sua condição de potência regional autônoma se utiliza da sua relação com os Estados Unidos pela estratégia do balanceamento regional na busca de proteção em meio à sua legitimidade contestada. Essa aliança caracteriza um exemplo de relação mútua de autoajuda entre a grande potência e uma potência regional, sob o condicionante da unipolaridade.

A estrutura textual se divide por duas seções que abordam os dois objetivos primordiais do trabalho. Na primeira seção, analisam-se as mudanças estruturais do período Pós-Guerra Fria e o arcabouço teórico de alinhamentos sistêmicos; na segunda seção apresenta-se o estudo do da Política Declaratória de Defesa israelense, atentando-se para os seguintes fatores: i) caso de Israel como *Regional Power*; ii) histórico da aliança com Estados Unidos, e ii) análise do documento “*The Israel Defense Forces Strategy*” (2015).

O teste da hipótese será pautado inicialmente pela análise bibliográfica acerca das estratégias de alinhamento sistêmicas, e aliança de Estados Unidos e Israel. Ademais, a investigação se pautará pela análise dos dois primeiros capítulos do documento oficial da política declaratória de defesa de Israel. Salienta-se que esta pesquisa não visa mais do que contribuir para o estabelecimento do debate sobre a política de defesa israelense no âmbito acadêmico brasileiro e na comunidade dos pesquisadores de segurança e defesa, especialmente dado às relações bilaterais dos dois países, bem como sua importância na inserção do debate de busca pela paz no conflito israelo-palestino. Ademais, ressalta-se sua relevância tendo em vista que o documento analisado, *The IDF Strategy* (2015) é a primeira versão da doutrina de defesa divulgada ao público na história do Estado.

## **Teorias sistêmicas e estratégias de alinhamentos**

### Teoria sistêmica e sistemas regionais

Adotar uma perspectiva sistêmica permite a melhor compreensão dos processos internacionais, dado que estes são analisados como um todo. Para Castellano (2016) o pensamento sistêmico existe para compreender processos amplos, de uma união enquanto tal e da interação complexa entre as partes. (CASTELLANO, 2016, p. 68). Para analisar-se a distribuição de capacidades e as estratégias de alinhamento como se propõe esta seção, parte-se da ideia proposta por Singer (1960) de que a abordagem sistêmica é a maneira mais eficiente para compreenderem-se os padrões de coalizões e dissoluções de alianças no sistema, bem como específicas configurações de poder e sua duração (SINGER, 1961, p. 80).

No final da década de setenta, em *Theory of International Relations* (1979), Waltz propôs uma teoria cujo objetivo consistiu em definir separadamente o conceito de sistemas; estrutura e a relação presente entre unidade-estrutura, tendo como pressuposto os Estados como únicos atores do Sistema Internacional (WALTZ, 2002, p. 63). Sua teoria é sistêmica por partir do nível sistêmico de análise para observação dos

processos internacionais considerando a relação unidade-estrutura, e estrutural por compreender que estes processos estão submetidos a uma estrutura.

É por meio da distribuição de capacidades dos Estados que este sistema será definido. Dessa forma entende-se que as condições constrangedoras as quais as unidades estão sujeitas são designadas pela estrutura anárquica do sistema que impõe um único objetivo para as unidades: sobrevivência. Portanto “a estrutura, constrange, limita e orienta a ação dos agentes” (WALTZ, 2002, p. 63).

Inserida no contexto de bipolaridade, a contribuição da teoria do Realismo Estrutural formulada por Waltz representou o avanço no estudo das Relações Internacionais, ao passo que forneceu um modelo analítico capaz de proporcionar a definição do que seria o *status quo* do Sistema Internacional, a partir da distribuição de capacidades e comportamento estatal<sup>3</sup>. Os pressupostos realistas de Waltz tornaram-se enfraquecidos com o declínio das questões estritamente político-militares no centro dos estudos de segurança no contexto do fim da Guerra Fria, dado que é considerado apenas o nível global em sua análise para definição das polaridades do sistema, não considerando o processo de interação entre as unidades<sup>4</sup>.

Em termos conjunturais, esse contexto ocasionou no surgimento de ambientes, atores e ameaças de caráter difuso. Nessa configuração, o grande paradoxo da disciplina se concentrou em compreender a nova configuração que emergia acompanhada de diferentes processos ocorrendo simultaneamente em todas as regiões do mundo, tendo como ponto inicial a abordagem do Novo Regionalismo, a qual permite uma análise sistêmica completa, atribuindo primazia ao nível de análise regional. Conforme apontado por Prys (2010), o fim da Guerra Fria acarretou na transferência de responsabilidade do nível global para o nível regional.

A COPRI emerge na agenda de pesquisa dos estudos de segurança como uma vertente abrangente, que se utiliza de pressupostos construtivistas e realistas, enfatizando que embora a centralidade dos processos securitizadores ocorra no Estado, este não é mais o ator intrinsecamente importante. Para além do desenvolvimento da teoria da securitização e ampliação dos setores deste processo (BUZAN, 1997)<sup>5</sup>, a COPRI a partir do desenvolvimento da abordagem dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) (BUZAN WEAVER, 2003), elevou o pensamento regionalista, considera-se essa abordagem e as demais que a sucederam como pertencentes a categoria do “Novo Regionalismo”, tal qual utilizada neste artigo para demonstrar a importância dada ao nível de análise regional e as novas estratégias de alinhamento provenientes dele. De

<sup>3</sup>Cabe ressaltar que embora Waltz considerasse a existência de “sistemas políticos internos”, o autor não considerou aspectos à nível interno no processo de tomada de decisão destes atores como papel de atores sociais e fatores subjetivos.

<sup>4</sup>Utiliza-se a abordagem de Waltz (1979) no início deste texto para contextualização da distribuição de capacidades no nível sistêmico, conforme o Realismo Estrutural se propõe. No entanto, ressalta-se essa escolha como proposição de crítica ao enfoque restrito ao nível global de análise, cujo objeto de estudo se restringe às dinâmicas das Grandes Potências, o qual é suprido pela literatura de *Regional Powers*. Embora Waltz (1979) tenha proposto uma teoria sistêmica de análise, o complexo processo de interação inserido entre a relação agente e estrutura não é abordado pelo autor – o qual este artigo assume que ocorre no nível de análise regional. Neste sentido, ao se propor em analisar sistemas regionais *per se*, utiliza-se a abordagem da COPRI (CRS de Buzan e Weaver 2003) como ponto de referência inicial nos anos 2000 para o estudo das regiões como nível primário de análise.

<sup>5</sup>A conceitualização da segurança é dada como um processo constitutivo não mais pautado na objetividade, que perpassa além da esfera militar, mas nas esferas política, econômica, ambiental e societal (atualmente se fala do setor cibernético). Estabelece-se que a segurança é dada como um processo constitutivo e não mais pautado na objetividade e restrito a esfera militar: tornar um tema como uma questão de segurança consiste na *securitização* deste tema, que se estabelece quando um problema é apresentado como uma ameaça existente e requer medidas emergenciais para sua resolução. A apresentação desse problema é dada a partir do “ato de fala”, onde os temas passam a ser securitizados pelo processo comunicativo (BUZAN, 1997, p. 14). Nota-se aqui o poder que é dado a linguagem como um instrumento do processo de formação de ameaças, na qual na abordagem tradicional era concebido pelo uso da força.

maneira geral, a perspectiva dos CRS norteou o avanço dos estudos regionais, em sua grande maioria representados por autores como Katzenstein (2005) (2011), Acharya (2007), Hurrell (2005), Prys (2010), Stewart Ingersoll e Frazier (2011) e Cepik (2009).

Em *Regions and Powers* (2003), Buzan e Weaver (2003), estabelecem que os processos de segurança passam a ocorrer em agrupamentos padronizados que têm uma agência interdependente de dinâmicas securitárias: esses agrupamentos são os CRS. Muito influenciado pela reformulação do padrão de relações de segurança internacional que havia na estrutura bipolar obtém-se o rompimento com a perspectiva das regiões como subsistemas subordinados ao nível global primário<sup>6</sup>. Nas palavras dos autores: “as ameaças aos Estados chegam mais facilmente por distâncias curtas do que por longas e a interdependência da segurança é normalmente padronizada em um agrupamento, definido como complexo de segurança” (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 4. Tradução Nossa)<sup>7</sup>.

Buzan e Weaver (2003) mapearam os CRS de todos os continentes e muitas atualizações já foram publicadas dadas as alterações da conjuntura internacional. No entanto, sua moldura conceitual permanece, a qual é definida por: 1) Polaridade (distribuição de poder entre os Estados da região); 2) Polarização (padrões de amizade-inimizade entre seus atores relevantes nos 4 setores); 3) Penetração Extra-regional (relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências e superpotências) (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 44). Cabe ressaltar que os CRS não sobrepõe o nível regional ao global ou vice versa, mas sim compete o necessário grau de autonomia às regiões para compreendê-las, e permite o estudo de polaridades regionais.<sup>8</sup>

Além disso, as regiões emergem como uma característica central para se pensar a ordem. Steart Ingersoll e Frazier (2011) trabalham com a ideia de ordens regionais. Ao buscar identificar as diferentes ordens regionais, os autores elencam variáveis da dimensão ideacional e material para categorizar o tipo de ordem regional. A ordem regional usualmente é definida pela atuação das Potências Regionais – Estados com capacidade suficientes para projetar poder e influenciar decisivamente a dinâmica regionalmente mas não globalmente (STEWART INGERSOLL, FRAZIER, 2011, p. 7). Autores como Flesmes (2007), Nolte (2010, 2018), Prys (2010), se concentram no estudo da categoria de Potências Regionais – utilizada para compreender novos fenômenos de regionalização, alinhamentos e mudanças estruturais.

Por sua vez, ainda quanto a importância das regiões atualmente, Kelly (2007, p. 207, Tradução Nossa), afirma que: “A história do trabalho de Buzan quanto aos níveis de análise, culmina na afirmação de que as regiões são realmente o nível de análise mais importante entre os quatro demais: doméstico, regional, inter-regional e global”. Por isso parte-se da premissa das regiões como ambientes dotados de propriedades sistêmicas que operam autonomamente e se diferem conforme seu grau de polaridade, polarização e penetração.

<sup>6</sup> Para mais informações, ver Kelly (2007), “*Security Theory in the New Regionalism*”.

<sup>7</sup> Neste artigo não se considera os CRS como uma teoria, mas sim como um modelo analítico aplicado ao nível regional, que se utiliza de pressupostos teóricos holísticos. Grande parte da literatura brasileira se refere aos CRS como TCRS (Teoria dos Complexos Regionais de Segurança).

<sup>8</sup> Os autores desenvolvem as noções de penetração e sobreposição (*overlay*).

## Mudanças estruturais e polaridade global

### *Debate atual: unipolaridade ou globalismo descentrado?*

O debate sobre qual a caracterização do Sistema Internacional Contemporâneo é vasto e atual. Segundo Villa e Ostos (2005), as visões de caracterização dessa estrutura variam de unipolaridade à multipolaridade a até mesmo ao hibridismo (VILLA, OSTOS, 2005, p. 1)<sup>9</sup>. A discussão sobre polaridade global é constante. Para fins deste artigo, parte-se da unipolaridade como momento definidor do período Pós Guerra Fria. A partir do final da década de noventa e até a atualidade um composto de autores aponta que enquanto nas demais eras históricas a distribuição de capacidades entre os Estados tendia a multipolaridade e a bipolaridade, neste período, os Estados Unidos emergiram como um poder global, tornando-se um Estado Unipolar (IKENBERRY, MASTANDUNO, WOLFORTH, 2009, p. 4).

Esse composto de autores<sup>10</sup> determina essa categorização primordialmente de acordo com a distribuição de capacidades e recursos materiais, sendo o adjetivo “unipolar” referente a um único polo no Sistema Internacional que atende aos requisitos: 1) comanda uma parcela grande dos recursos ou capacidades que os estados podem usar para alcançar seus fins; 2) se destaca em todos os elementos componentes de capacidade estatais, convencionalmente definidos com: tamanho de população e território, dotação de recursos, capacidade econômica, poder militar e “competência organizacional-institucional” (IKENBERRY, MASTANDUNO, WOLFORTH, 2009, p. 4).

Monteiro (2011, p. 14) aponta que “dizer que o mundo é unipolar significa descrever a distribuição sistêmica de poder e não somente a estratégia da Grande Potência”. Por isso o autor elenca categorias, dado que além da grande potência (*greatpower*), identificada como o unipólo, também há os *major powers* e *minorpowers*, sendo a primeira para os Estados que possuem capacidades suficientes para deter qualquer outro no sistema<sup>11</sup> e a segunda para os Estados que não dispõe de capacidades suficientes para deter o unipólo e os demais. Essas terminologias são tratadas de outras formas por outros autores<sup>12</sup>, entretanto, servirão como base para entender os processos de formação de alianças envolvidos na configuração unipolar, a qual este artigo propõe-se<sup>13</sup>.

Buzan e Weaver (2003) apontaram a ordem como unipolar com primazia dos Estados Unidos. No entanto, em 2011, Buzan publicou uma revisão do seu diagnóstico sobre a caracterização do Sistema Internacional, onde apresenta a hipótese da emergência de uma “nova ordem mundial pós-colonial” livre da presença de uma superpotência, chamada “globalismo descentrado” (BUZAN, 2011, p. 16). Tal configuração

---

<sup>9</sup> Cepik, Avila e Martins (2009) trabalham com a ideia de tripolaridade assimétrica. Para mais informações, ver “Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a Guerra e a distribuição multipolar de capacidades”.

<sup>10</sup> Wolforth (1999), Ikenberry (2009), Walt (2009) e Mastanduno (2009).

<sup>11</sup> Estados com capacidade nuclear: China, França, Israel, Coréia do Norte, Paquistão, Rússia e Reino Unido.

<sup>12</sup> Walt utiliza os conceitos de *Medium Power* e *Lesser Power* (WALT, 2009, p. 88).

<sup>13</sup> Wolforth (1999) desenvolve estudos que mesclam métodos quantitativos e qualitativos. Os Estados Unidos além de possuir, segundo o autor, a maior economia de alta tecnologia do mundo, também tem a maior concentração na fabricação de alta tecnologia em comparação com as outras potências. Vantagens de esferas como sua localização offshore com saída para os dois maiores oceanos do mundo e boa relação com vizinhos continentais são consideradas (WOLFORTH, 1999, p. 17).

mundial sem a presença de uma superpotência é possível, dado que este conceito é sujeito a mudanças históricas, as quais são exemplificadas pela gradual e atual perda de legitimidade dos Estados Unidos<sup>14</sup>.

Ao tratar de superpotência o autor refere-se a uma política de Estado cujo alcance político, militar, cultural e econômico se estende ao longo de todo o Sistema Internacional em grande escala, ao passo que nas grandes potências esses processos se estendem apenas para mais de uma região (BUZAN, 2011, p. 4). Este novo cenário seria composto por um mundo sem superpotências, mas sim apenas com grandes potências como se a configuração global fosse sem precedentes como “0 + x” (BUZAN, 2011, p. 4).

A discussão sobre a atual caracterização da estrutura do sistema – utilizando os termos de Waltz – é constante e permanece na agenda de pesquisa no que tange a possibilidade de contraponto a esta ordem por parte de China atualmente. Entretanto, não cabe no escopo deste artigo uma discussão profunda sobre o desenvolvimento deste debate, mas sim utilizar-se da literatura da unipolaridade no avanço dos estudos de formação de alianças, significativas nos processos de cooperação e conflito, estando essa configuração em decadência ou não.

#### Estratégias de alinhamento na unipolaridade

Em *The Origins of Alliances* (1987), Walt efetivamente trouxe contribuições que explicam quais fatores e forças influenciam os Estados a escolherem seus aliados. Para o autor as alianças são definidas como “arranjos formais ou informais de cooperação entre um ou mais Estados que consiste na troca de benefícios entre ambos que garantam os seus interesses” (WALT, 1987, p. 12, tradução nossa). Em seu escrito de 2009, a proposta de Walt foi trabalhar o processo de formação de alianças sob os “profundos efeitos da unipolaridade, que nunca ocorreu na era moderna” (WALT, 2009, p. 87, tradução nossa), abordando duas opções: 1) alinhamento contra o unipólo, (*Hard Balancing*, *Soft Balancing* ou *Leash Slipping*) e 2) apoio ao unipólo com a tentativa de “acomodá-lo” e explorar o seu poder, as quais formuladas por Walt (2009) são *Bandwagoning* e *Regional Balancing*. Tendo em vista que o objetivo deste artigo trata-se da aliança de Estados Unidos e Israel, serão abordadas as estratégias de suporte ao unipólo: *Bandwagoning* e *Regional Balancing*.

#### *Bandwagoning*

O *Bandwagoning* ocorre quando um Estado opta por alinhar-se com o mais forte ou o mais ameaçador para ele mesmo. Trata-se de apaziguamento: o Estado que opta por esse comportamento aceita sua vulnerabilidade e abriga-se de intenções hostis dos demais ameaçadores sob a proteção do mais forte. Segundo Walt (2009, p. 108).

*Bandwagoning* com o unipólo é um fenômeno recente. Para Wolforth (1999, p. 25) a configuração da unipolaridade propicia esse comportamento. Um sistema unipolar se define por aquele que o balanceamento em busca do equilíbrio com a grande potência é impossível, dado este possui uma posição única em termos

<sup>14</sup> Aponta três aspectos para a perda da legitimidade estadunidense: declínio da aceitabilidade de sua política externa na Sociedade Internacional (ex. intervenção no Iraque); perda de posição de modelo ocidental para o mundo e ilegitimidade da hegemonia na Sociedade Internacional (BUZAN, 2011, p. 4).

de capacidades, por isso a opção que resta é o *Bandwagoning*. Essa estratégia corrobora com a teoria do autor quanto à estabilidade da unipolaridade, pois permite que o unipólo mantenha um sistema de alianças estável. No entanto, para Walt (2009) o verdadeiro *bandwagoning* permanece sendo raro dado que fortes ameaças militares não surgem a menos que conflitos de interesse sejam pronunciados. Para tratar de ameaças menores torna-se mais fácil para o Estado fraco ajustar suas políticas de forma autônoma. Caso contrário, o *bandwagoning* requer Estados extremamente fracos a ponto de depositarem sua total confiança em um poder mais forte que eventualmente pode vir a direcionar ameaças a ele no futuro. Para o autor na atual conjuntura:

Certamente, muitos Estados estão atentos ao poder dos Estados Unidos e são cautelosos em incorrer a ira de Washington. Mas ter prudência em relação ao poder dos Estados Unidos está muito longe de ser *bandwagoning*. Além de que esses Estados não endossam as posições dos Estados Unidos ou dão suporte direto aos esforços da sua política externa (WALT, 2009, p. 111. Tradução nossa).

### *Regional balancing*

O *Regional balancing* ocorre quando um Estado opta pela alternativa de alinhamento com o poder dominante para a contenção de ameaças locais, dentro do seu contexto regional. Não pode ser confundida com o *bandwagoning*, pois aqui o que determina o ato do Estado aliar-se ao unipólo são as dinâmicas regionais. Observa-se nesta estratégia, a importância da contribuição da metodologia de estudo das regiões, abordada anteriormente. Nos termos dessa abordagem as dinâmicas regionais que determinam a escolha desta estratégia pelo Estado local são os padrões de cooperação e conflito a polaridade regional e as relações de poder das potências regionais com os atores externos.

Tal estratégia é motivada por “poderes locais”. Essa denominação é tratada de maneira aprofundada nas contribuições da literatura do Novo Regionalismo, anteriormente mencionada. Para Acharya (2007, p. 629) o pós Guerra Fria proporcionou que as regiões não só adquirissem maior importância nas relações de cooperação e conflito, mas também autonomia substancial sobretudo securitárias, no sistema de interações das potências globais, o que dificilmente ocorria antes por conta das intrusões político-militares das duas grandes potências. Para Walt (2009, p. 114), o *Regional Balancing* já consistia em uma estratégia comum antes do advento da unipolaridade. O fato novo é que a configuração da unipolaridade contribui para que formas particulares de distribuição de poder ocorram em diversas partes do globo<sup>15</sup>. Por isso, esse trabalho utiliza-se da metodologia de estudo de regiões como um dos auxílios para a compreensão desse fenômeno.

### **Israel: atual política declaratória de defesa**

#### *Regional powers: o caso de Israel*

Situado geograficamente na região do Oriente Médio, referida como o berço da humanidade entre três continentes<sup>16</sup>, estrategicamente composto por ampla extensão marítima para o Mar mediterrâneo,

<sup>15</sup>Autores como Huntington (1999) denominam a estrutura desse cenário como “uni-multipolar”.

<sup>16</sup>Partimos do pressuposto de que o termo Oriente Médio deve ser utilizado com ressalva. Feraboli (2007), aponta que “o conceito de Oriente Médio” é um termo imperialista por natureza, na medida em que a delimitação dessa região é definida pelos interesses dos grandes poderes, neste caso, os Estados Unidos.

encontra-se Israel. Considerando o Sistema Regional do Oriente médio como um ambiente sistêmico dotado de dinâmicas próprias, conforme a literatura aqui abordada, esta seção objetiva apresentar de forma breve, as relações de Israel no Sistema Regional do Oriente Médio como um caso de *Regional Power*, caracterizado pela sua agência regional no que tange as relações de inimizade e legitimidade contestada<sup>17</sup>, para posteriormente apresentar o histórico da aliança de Estados Unidos e Israel.

O Sistema Regional do Oriente Médio (SROM) possui um número considerável de potências regionais com capacidades suficientes de exercer agência. Para Zahreddine e Teixeira (2015, p. 75), “no caso do Oriente Médio em vários momentos não é possível destacar uma única potência regional em virtude do embate constante entre dois ou três atores regionais, com característica de poder e atores semelhantes”. Por meio da literatura trabalhada, adota-se neste artigo que Israel se caracteriza como uma potência regional.

Nos termos de Buzan e Weaver (2003, p. 37) e Beck (2014), Israel é identificado como uma potência regional. Trata-se de um Estado com capacidades militares, econômicas e políticas capazes de definir a polaridade da região. Segundo Flandes (2007), as potências regionais são mensuradas por duas principais variáveis que o autor distingue: recursos materiais (economia e recursos demográficos) e recursos ideacionais (dimensão simbólica, ideológica e subjetiva traduzida na cultura, normas e valores). Além dessas características de mensuração, Flandes (2007, p. 10) aponta que as potências regionais, em sua maioria, exercem agência no seu entorno regional com o suporte de algum *great power*, tal qual o caso de Israel.

Quanto a primeira é imperativo afirmar o poder relativo de Israel na região. Kappel (2014, p. 149), mensurou a capacidade de Israel em termos de economia de mercado e dinamismo tecnológico. Trata-se do único país do SROM que obteve capacidade de transformar uma economia agrária em uma economia de alta tecnologia. Desde a década de cinquenta, Israel se manteve no topo como país líder em inovação do SROM. No ano do relatório, o autor apontou que Israel possui vantagem competitiva - em termos de progresso tecnológico, crescimento econômico e renda per capita, com maior atuação que a Turquia, país que possui uma significativa economia de inovação. Todas as características de desenvolvimento do país o colocam em uma situação de “uma economia altamente desenvolvida, estagnada em uma região movida pela crise” (KAPPEL, 2014, p. 149).

Outro indicador que qualifica Israel como potência regional é seu programa nuclear. O Estado exerce uma política pouco transparente em relação ao seu arsenal nuclear, e muitas fontes são restritas. Cohen (2008), historiador israelense, apresentou um estudo sobre o programa nuclear israelense, onde afirmou que o projeto nuclear de Israel se inicia já em 1949, com Ben-Gurion (COHEN, 2008). Algumas estimativas elaboradas pelo SIPRI, em 2012 apontaram que Israel possuía 80 ogivas nucleares (instaladas ou não) (SIPRI, 2012).

No que tange o segundo indicador, recursos ideacionais – subjetivos em sua mensuração – Flandes (2007, p. 9) aborda que uma potência regional é definida por exercer agência em seu entorno regional, independente se suas relações forem de amizade ou inimizade. Ao observarmos, com o enfoque construtivista, que as preferências dos Estados são moldadas pelo compartilhamento de suas identidades,

<sup>17</sup>O estudo de Israel como uma Potência Regional faz parte da pesquisa iniciada na Dissertação de Mestrado dx autxr.

normas e valores, Israel é um caso que merece relevância. Auto declarado como Estado Judeu, Israel trata-se de um caso cuja identidade nacional esteve presente no ideal de sua construção, a partir dos fundamentos do sionismo. Nas primeiras duas décadas de sua existência, a elite israelense, apoiada pela maioria da população, se utilizou do discurso sionista para assegurar a defesa da nação e proteção aos judeus imigrantes que o Estado recebia (BECK, 2010, p. 140)<sup>18</sup>.

Para Beck (2014, p. 136), Israel é um definidor da agenda de segurança regional do seu CRS desde sua criação. Trata-se de um caso relevante dado que sua agência na região é protagonizada pelo fruto de relações de inimizade e conflito. A afirmação de Beck (2014) vai a encontro com o proposto por Stewart-Ingersoll e Frazier (2011, p. 7), que consideram que capacidades suficientes para projeção de poder e alteração de ordem dentro do CRS, já é condição necessária para o protagonismo deste Estado como uma Potência Regional. Por sua vez, Beck (2014, p. 135) conclui que existe uma relação dual antagônica no caso israelense. Se por um lado, o país demonstra características que o classificam como potência regional, como as mencionadas por Kappel (2014), e seu arsenal nuclear; por outro lado, o Estado detém de uma população pequena e de uma reputação regional extremamente baixa, o que o impede assumir qualquer posicionamento de liderança na região (BECK, 2014, p. 129). Sua agência regional é protagonizada, portanto, pelo conflito.

Estabelecida a contextualização teórica de Israel como Regional Power, outro fator condicionante, que cabe a prioridade deste trabalho é sua relação com os Estados Unidos. O início do envolvimento dos dois países foi evidente desde a administração Truman, que no fim da década de 40 apoiou a criação do Estado. Posteriormente a aliança manteve-se consistente com o governo Kennedy, ainda que os Estados Unidos tenham se aproximado do Egito. Mas consolidou-se somente na década de 1960, com o Governo Johnson que iniciou o fornecimento de armas ao país. Para Feldberg (2008, p. 20), a aliança entre EUA e Israel foi fruto de uma inevitável polarização no contexto da Guerra Fria e surgiu como consequência da radicalização do Egito, do envolvimento deste com a União Soviética e da impossibilidade de os Estados Unidos engajarem a maioria dos países árabes no esforço de contenção (FELDBERG, 2008:20). No entanto, essa relação privilegiada não se trata apenas da existência de incentivos estruturais, conforme será abordado na próxima seção.

### Estados Unidos e Israel: histórico da aliança

Nunca teve um acordo formal, mas jamais fora questionada quanto ao seu nível de comprometimento. (WALT, 1987, p. 12. Tradução nossa).

Como já mencionava Walt (1987, p. 12), a aliança de Estados Unidos e Israel “nunca teve um acordo formal, mas jamais fora questionada quanto ao seu nível de comprometimento”. A análise desta aliança apresenta a existência de um forte insumo de política interna estadunidense importante para entender os

<sup>18</sup> Nesse momento, surge a consolidação das Forças de Defesa de Israel (FDI), que segundo projeto de Ben-Gurion ultrapassavam os limites de restringir-se apenas a defesa do território, mas seriam responsáveis por atividades das esferas de saúde, educação e reforma agrária do país.

mecanismos de formulação da política externa. Trata-se de um complexo processo que desde a criação do Estado judeu envolveu características estruturais, identitárias e o organizado *lobby* judeu existente no âmbito interno estadunidense<sup>19</sup>. Nesta seção busca-se sintetizar o histórico inicial da aliança dos dois países como ferramenta para se compreender seu impacto na análise da política de defesa israelense.

No contexto de pós Segunda Guerra Mundial, os elementos do cálculo estratégico dos Estados Unidos de apoio a criação do estado de Israel eram compostos pela necessidade de compensar o reconhecimento soviético ao país israelense, além do interesse no petróleo da região. A opção pelo apoio a causa israelense seria decidida pelo presidente Truman como única alternativa para resolver o problema dos refugiados judeus na Europa. Conforme análise de Feldberg (2003, p. 21) os Estados Unidos tiveram participação vital na criação do Estado de Israel e tornaram-se principal aliado israelense na disputa com os países árabes alinhados com a URSS. Para Reich (2004), por parte de Israel, devido a sua vulnerabilidade geográfica, isolamento político e hostilidade em meio a um mundo árabe armado, o país identificou a necessidade do suporte de um aliado forte (REICH, 2004, p.121).

A partir da administração Kennedy, na década de sessenta os Estados Unidos assumem Israel como parceiro econômico e estratégico. O interesse do país estava centrado na garantia da supremacia israelense em contraponto a supremacia egípcia, até então aliada a URSS. Desde a proclamação do Estado de Israel em 1948 até a metade da década de 1970, com todos os conflitos que seguiram-se na Guerra Fria, os Estados Unidos, na condição de superpotência, utilizou Israel como assegurado de seus interesses no Oriente Médio. E da mesma forma, Israel utilizou os Estados Unidos para proteção. Pode-se elencar que o histórico da aliança dos dois países no período de (1948 – 1974) caracterizou-se pelos seguintes pontos de variação: Gênese da Aliança, Distanciamento e Reaproximação, conforme demonstra o quadro a seguir nos setores político, econômico e securitário (LOOSE, 2015, p. 49).

Quadro 1: Pontos de variação da aliança de Estados Unidos e Israel na esfera política, econômica e securitária.

Período	Política	Econômica		Securitária
		Importação	Exportação	
Gênese da aliança (1948 – 1953)	1948: Apoio Político Fundação do Estado de Israel; Apoio Político a crise dos refugiados judeus; Apoio diplomático: Resolução 181 – ONU.	Total Bruto no período: \$42.400.0000	Total bruto no período: \$474.000.000	Não havia fornecimento de armas. <i>Operation Stockpile</i>
Distanciamento (1953 – 1958)	Alinhamento a outras potências regionais; Israel como empecilho à cooperação árabe no esforço antissoviético Apoio a regimes nacionalistas; Crise Diplomática 1953 Israel: Desvio águas Alto Jordão e invasão cidade de Qybia	Total Bruto no período: \$100.000.000	Total bruto no período: \$543.000.000	Suez 1956: limitar a ação de um Israel “poderoso”; Bloqueio ao fornecimento de armas; Suspensão da entrega de lotes de aviões; 1957: exigência retirada tropas SINAI

<sup>19</sup> Para mais informações sobre os condicionantes da aliança ver LOOSE (2015).

<p>Reaproximação (1958 – 1973)</p>	<p>Israel torna-se elemento fundamental na contenção; Apoio: construção do arsenal nuclear Guerra 1967: EUA oferece incentivos à adaptação israelense e seus objetivos</p>	<p>Total bruto no período: \$826.000.000</p>	<p>Total Bruto no período: \$2.754.000.000<sup>20</sup></p>	<p>Rompimento do bloqueio. Objetivo era manter equilíbrio com URSS; Torna-se principal fornecedor de armamentos convencionais e não-convencionais; Primeiro acordo: fornecimento armas mísseis antiaéreos Howk F16, envio de aviões Phantom F4.</p>
--	--	--	---	---

Fonte: LOOSE (2015), p. 51.

De acordo com Walt (2009, p. 114), o desejo por proteção do unipólo, traduzido na estratégia do *Regional Balancing* como visto anteriormente é exemplificado no caso de Israel. Há uma particular característica nesta aliança: assim como Israel depende dos Estados Unidos desde a década de 1960 em termos econômicos e estratégicos, os Estados Unidos também dependem da aliança para sua relação com outras potências aliadas da região, como Arábia Saudita, Jordânia, Egito e as monarquias do Golfo Pérsico. Na configuração de unipolaridade, trata-se de uma relação de duplo interesse por parte do unipólo, Estados Unidos, e por parte de Israel como potência regional autônoma, que alinha sua estratégia nacional de defesa aos interesses do aliado.

#### Atual política declaratória de defesa de Israel

Os documentos oficiais de defesa dos Estados têm o objetivo de divulgar para a comunidade internacional o planejamento em segurança e defesa nacional. As constituições dos Estados variam no que diz respeito à divulgação de sua estratégia de defesa. Particularmente neste caso a versão analisada se trata do único documento divulgado na história do Estado, aprovado pelo governo e divulgado ao público<sup>21</sup>. Anteriormente Israel nunca levou ao público uma doutrina de segurança nacional formalizada desde a época de Ben-Gurion, com a Declaração de Independência e propósito das Forças de Defesa Israelenses (FDI).

Publicado em agosto de 2015, com trinta e três páginas, intitulado de “*The Israel Defence Forces Strategy*”, a versão não-classificada da doutrina de defesa das FDI apresenta as novas diretrizes das FDI em termos estratégicos e operacionais em resposta às principais ameaças enfrentadas pelo Estado. No ano seguinte, o documento foi traduzido pelo *Belfer Center for Science and International Affairs*, de Harvard. Segundo o Instituto, já na epígrafe ao documento, a tradução, acompanhada de notas próprias, tem o “intuito de encorajar o debate sobre como as lições aprendidas por Israel podem informar e enriquecer a segurança nacional dos Estados Unidos”. (IDF, 2016, p. 5). Quanto a sua organização textual, além da introdução e conclusão o documento é organizado por cinco capítulos, dos quais seguem: capítulo 1: *The Strategic Framework*; capítulo 2: *The Strategic and Operational Environment*; capítulo 3: *Deploying the IDF’s Force*; capítulo 4: “*The Command and Control Concept and Preparing the IDF for Combat*”; capítulo 5:

<sup>20</sup>Observa-se o aumento considerável nas trocas comerciais no período da reaproximação. A partir da década de 1970 as relações econômicas de Estados Unidos e Israel apresentam crescimento exacerbado.

<sup>21</sup>No caso brasileiro, por exemplo, é estabelecida pela constituição a divulgação ao público do documento com periodicidade de quatro anos.

“*Builgind the IDF’s Force*”; capítulo 6. Os três primeiros objetivam estabelecer a doutrina de segurança de Israel, utilizando-se de aspectos teóricos da guerra. Já os três últimos têm como enfoque o ambiente operacional das FDI e suas táticas no cenário de conflito.

Ao sinalizar a experiência das FDI em sua capacidade de aprendizado conforme as alterações da natureza e das ameaças enfrentadas por Israel, já na seção introdutória, o Chefe do Comando Maior, General Eizenkot sinaliza o preparo das FDI para o combate no cenário onde as forças não convencionais e ameaças distantes ao Estado são as protagonistas:

O documento de defesa nacional apresenta as mudanças que as Forças de Defesa Israelenses (FDI) tendem a sofrer tendo em vista os desafios futuros e mudanças nas características do inimigo, tais quais: reforçar e aprimorar a eficácia das manobras em terra; diversificar as capacidades operacionais nas campanhas de guerra; fortalecer a dimensão cibernética e preservar a inteligência e superioridade aérea e naval. Quanto ao uso da força, a estratégia é baseada em princípios imutáveis – dissuasão, alerta precoce, defesa, derrota do inimigo e vitória. Além disso, essa abordagem define a doutrina de comando e controle para o combate, com o objetivo de permitir o uso eficaz das capacidades das FDI em todo o teatro de guerra. (IDF, 2016, p.7. Tradução nossa)<sup>22</sup>.

Israel é um Estado onde a maioria das informações de defesa são restritas ao governo. A divulgação ao público deste documento rompe com uma tradição estratégica do país, a qual cabe contextualização. Tais justificativas podem ser analisadas tanto do ponto de vista doméstico, quanto regional. No âmbito regional do SROM, o qual cabe o recorte deste artigo, são muitos aspectos de transformação de ameaças que se pode elencar, especialmente após a Guerra do Líbano de 2006<sup>23</sup>. Nos anos 2014 e 2015 cabe salientar dois importantes fatores em andamento na região: intensificação do Conflito na Síria, intensificação do conflito israelo-palestino com a Operação Margem Protetora de 2014; e questão nuclear iraniana.

A questão nuclear iraniana também merece atenção, devido o reflexo dos interesses estadunidenses. Segundo Herzog (2015), o documento serve como uma base para o estabelecimento de um acordo entre Estados Unidos e Israel quanto ao Irã<sup>24</sup>. Após a Guerra de 2006, Israel enfrenta uma “trégua” de beligerância com os vizinhos, com exceção obviamente da Faixa de Gaza. Observa-se que houve uma diminuição por parte da ameaça, quanto ao uso da força regular militar, sendo a estratégia do inimigo não mais a invasão ao território de Israel, por meios convencionais militares, mas sim o ataque por meio da penetração de atividades terroristas em outras esferas. Esse fator impõe as FDI um compromisso maior com o investimento em tecnologia e inteligência. Não obstante, quanto a este fator, para Herzog (2015) a publicação sem precedentes do documento pode ser motivada pelo desejo de moldar o debate público sobre a prioridade do Estado quanto a alocação de recursos nacionais para segurança e defesa (HERZOG, 2015).

A formulação da política e estratégia nacional de defesa é baseada em uma perspectiva multidimensional de defesa que atenta para a inclusão de ameaças nas esferas não estatal e cibernética,

<sup>22</sup> No original: The “IDF Strategy” document presents the changes the IDF needs to undergo in light of the future challenges and changes in the characteristics of the enemy, such as reinforcing and improving the effectiveness of ground maneuvers, diversifying operational capabilities in campaigns between wars, strengthening the cyber dimension, and preserving intelligence, aerial, and naval superiority. As to the use of the force, the strategy is based on unchanging principles – deterrence, early warning, defense, defeating the enemy, and victory. In addition, the approach sets out the command and control doctrine for combat with the aim of enabling the effective use of the IDF’s capabilities in the entire war theater (IDF, 2016, p. 7).

<sup>23</sup> Na qual demonstrou-se uma fragilidade tática por parte das FDI.

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que a Guarda Revolucionária do Irã, força nacional que controla o armamento nuclear iraniano foi fundamental no reaparelhamento e treinamento do Hezbollah, mostrado para o mundo na Segunda Guerra do Líbano.

tendo como base os seguintes princípios: dissuasão, *detection*, defesa e derrota do inimigo. O princípio de estratégia norteador do documento baseia-se no conceito militar tradicional israelense, *Security Triangle*,<sup>25</sup> que inclui: dissuasão, defesa e derrota do inimigo (IDF, 2016, p. 3). O primeiro capítulo apresenta o quadro geral da estratégia, sendo base para os capítulos posteriores, sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 2: IDF – 2016, panorama estratégico

Elementos	Interpretação do Estado	
Metas nacionais	Assegurar a existência de Israel; Preservar suas características como um Estado Judeu e democrático; Assegurar poder econômico e social; Manter o <i>status</i> regional e internacional; Buscar a paz com os vizinhos.	
Princípios de segurança nacional	Princípio norteador: dissuasão, <i>detection</i> , defesa e derrota do inimigo	(i) estratégia defensiva; (ii) conceito militar ofensivo; (iii) cooperação estratégica; (iv) fortalecimento da cooperação regional; (v) manutenção da vantagem relativa em qualidade humana, capacidade tecnológica e inteligência.
	Estabelecimento de períodos extensos de segurança	Para promover o desenvolvimento da sociedade, economia e ciência.
	Criação de dissuasão	Dissuasão para elementos do ambiente regional que possam causar ameaças.
	Rotina	Realizar, aprofundar e manter a dissuasão por meio da construção da força. Ativar as organizações de segurança de forma coordenada para prejudicar as capacidades e acúmulo de força do inimigo.
	Atos de emergência em período de guerra	Alertar para a ameaça. Limitar o dano ao Estado de Israel e manter a dissuasão regional.

Fonte: elaboração própria a partir de *The IDF Strategy* (2016).

### Definição do inimigo

A leitura de Israel quanto a percepção de ameaças está interligada a conjuntura do caráter difuso dos problemas de segurança. Compreendemos como *percepção* a construção de percepções compartilhadas pelo processo de socialização de Israel no seu CRS, a partir de uma visão construtivista. Fator evidenciado no comportamento da categoria aqui analisada, inserida nos recursos imateriais da dimensão ideacional das potências regionais como uma capacidade estatal, conforme mencionado em FLEMES (2007). A interpretação do Estado parte de uma percepção multidimensional da segurança que inclui as ameaças de caráter tradicional e não tradicional. Quanto a segunda, diversas vezes é ressaltado no documento como ameaças: organizações terroristas e ameaças da esfera cibernética. O trecho abaixo apresenta de forma introdutória essa leitura de Israel:

Nos últimos anos, numerosos fenômenos ocorreram no ambiente estratégico do Estado de Israel, levando a mudança nas características da ameaça, juntamente com a força do Estado de Israel, que se espalharam do ambiente imediato para círculos distantes. Este documento baseia-se no entendimento de que as ameaças convencionais e não convencionais decorrentes do primeiro círculo estão em declínio, enquanto por outro lado, detecta-se um aumento nas ameaças sub-convencionais (como organizações terroristas que utilizam recursos subterrâneos) ou incêndio de alta trajetória e ameaças cibernéticas. Este documento foi escrito, tendo em mente que ao longo do “Multi-Year Plan”, as FDI devem ser fortalecidas tanto para a defesa de várias arenas quanto para a defesa multidimensional, e para ataques em várias frentes simultaneamente, portanto, devemos estar preparados para agir.” [...]. (IDF, 2016, p. 2. Tradução Nossa)<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Termo cunhado por Ben-Gurion.

<sup>26</sup> No original: In recent years, numerous phenomena have taken place within the strategic environment of the State of Israel, leading to changes in the threat characteristics along with the strength of the State of Israel, which have spread out from immediate surroundings to distant circles. The document is based on the understanding that the conventional and nonconventional threats

Observa-se que mesmo com o surgimento de ameaças não convencionais, Israel não descarta as ameaças de origem convencional e estatais, a qual enfrenta em sua rotina de ação das FDI. Conforme expresso, se no passado o inimigo tinha o esforço em promover o nacionalismo árabe, buscando derrotar Israel por meio de ações militares convencionais, atualmente o país identifica que o inimigo mudou seu *modus operandi*, onde combina as atividades militares regulares com guerrilhas e terrorismo por meio da “*soft warfare*” (IDF, 2016, p.7). A alteração de enfoque da percepção foi desencadeada a partir dos atentados de onze de setembro<sup>27</sup>. No combate aos ataques preemptivos<sup>28</sup> dos Estados Unidos, a tendência das organizações não estatais não era a ação direta. Por sua vez, tais ameaças são apontadas e elencadas em sub categorias: estatais, organizações sub-estatais e organizações terroristas<sup>29</sup> sem conexão com um Estado específico, conforme o quadro 3 as sintetiza. Aqui a definição do inimigo – como sendo o nacionalismo árabe – é expressa de maneira clara no documento, conforme o trecho a seguir:

A ameaça ao Estado de Israel sofreu uma mudança nos últimos anos. **No passado, o inimigo se esforçava para promover a nacionalidade árabe** e principalmente tentou derrotar Israel por meio de ações militares convencionais. Hoje, porém, **o inimigo é caracterizado por atributos locais, étnicos e religiosos**. O *modus operandi* do inimigo mudou e agora combina atividades militares regulares, guerras de guerrilha, terrorismo e “soft war”. (IDF, 2016, p. 13. Tradução Nossa. Grifos da autora.)

Quadro 3: Fatores de ameaças

Elementos	Interpretação do Estado	
	Estatais	Irã, Líbano e Síria (desintegrada)
	Organizações “sub-estatais”	<i>Hesbollah e Hamas</i>
	Organizações terroristas não-estatais	<i>Global Jihad, Palestinian Global Jihad, Estado Islâmico e outras</i> <sup>30</sup>

Fonte: elaboração própria com base na IDF (2016).

Dois fatores deste levantamento merecem destaque para os resultados obtidos neste artigo: 1) observa-se que todas as ameaças identificadas no documento divulgado ao público são de origem árabe; e 2) as ameaças identificadas fazem parte da seara de rivalidade dos Estados Unidos. A menção a Irã, Líbano e Síria merece atenção dado o contexto de publicação do documento. A República Islâmica do Irã trata-se de uma potência regional que historicamente busca por uma liderança baseada na religião. Atualmente, o Irã busca em sua política externa exercer uma forte oposição ao Ocidente, principalmente a Estados Unidos e

---

stemming from the first circle are on the decline, while, on the other hand, an increase has been detected in sub-conventional threats (such as: terror organizations, using underground capabilities, or high trajectory fire to mention but a few) and cyber threats. This document has been written having in mind that in the course of the Multi-Year Plan, the IDF's strength must be built up both for multi-arena and multidimensional defense, and for attacks on a number of fronts simultaneously, and therefore we must be prepared to take action. (IDF, 2016, p. 2).

<sup>27</sup> Para mais informações sobre os atentados de 11 de setembro no Oriente Médio, ver Zahreddine e Teixeira (2015) “*A Ordem Regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de setembro*”.

<sup>28</sup> Ataque preemptivo refere-se a estratégia de se obter vantagem na guerra em relação ao inimigo.

<sup>29</sup> Ressalta-se que a definição de terrorismo está sendo utilizada conforme interpretação do Estado de Israel. No entanto, tal termo merece atenção, especialmente por ser utilizado como justificativa por parte de Israel na ofensiva contra as organizações palestinas. Importante ressaltar que o terrorismo não se constitui por um fenômeno novo na história, ainda na década de 1990, a AGNU adotou a declaração de Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional. No entanto foi após os atentados de 11 de setembro que essa expressão passou a integrar a linguagem cotidiana do Ocidente, especialmente com o estabelecimento do comitê antiterrorismo.

<sup>30</sup> Não especificadas pelo Estado.

Israel, formando um eixo de resistência juntamente com seus aliados estatais: Síria; e não estatais Hezbollah (no Líbano) e Hamas (Palestina) (FÜRTIG, 2014).

O Líbano, no período da Guerra Fria fez parte da coalização com a antiga URSS e atualmente sofre um processo de fragmentação. Trata-se do país que sedia um dos maiores grupos armados do SROM, Hezbollah, por sua vez também mencionado, que declara oposição a Israel e Estados Unidos. Já a Síria, que conquistou sua independência no período próximo a Israel, 1946, além de ter sido forte aliada da URSS na Guerra Fria foi precursora de uma possível nação pan-árabe junto ao Egito<sup>31</sup>.

Após a Primavera Árabe (2011) o país foi palco de conflitos sangrentos e de desintegração. Embora tenha tentado em 2007 restabelecer relações com diversos países, incluindo Estados Unidos, a tentativa foi fracassada e o período de reformas durou pouco. Os sírios foram deixados à mercê de sua fraqueza institucional, tribunais ineficientes, corrupção endêmica e uma burocracia ineficiente (VISENTINI, 2014, p. 146). Quanto as organizações sub-estatais, além de Hezbollah, a menção ao Hamas, cuja rivalidade é histórica e se acentuou no período das intifadas (primeira e segunda), representa o padrão de continuidade do conflito israelo-palestino na impossibilidade de busca por paz e cessar fogo.

Tais percepções são novamente evidenciadas quando menciona-se as características da lógica estratégica do inimigo, as quais expressas: “i) O inimigo busca impor o domínio islâmico sobre o Oriente Médio, incluindo o Estado de Israel. Atua para corroer e exaustar a sociedade israelense. (ii) Os movimentos islâmicos de resistência buscam a substituição do estado-nação, tentando se estabelecerem nas fronteiras de baixa governabilidade. (iii) Problemas desafiadores com países Ocidentais, afetam a legitimidade do conflito com Israel (IDF, 2015, p. 7).

### **Considerações Finais**

Ainda que com os desdobramentos atuais quanto sua legitimidade e declínio, a emergência da unipolaridade exerceu impacto nos processos de política internacional, tais quais estratégias de alinhamentos. Conforme analisado, observou-se que neste contexto de distribuição de capacidades, inclui-se uma categoria de poderes locais capazes de exercer agências nos seus respectivos sistemas regionais por meio de estratégias de alinhamento com poderes globais. Por meio do arcabouço do Novo Regionalismo, a abordagem dos CRS permite a análise de polaridades regionais. Não obstante, identificou-se que a emergente literatura sobre potências regionais auxilia na compreensão da estratégia de *Regional Balancing* tal qual abordada por Walt (2009). O que determina a estratégia de alinhamento da potência regional com o unipólo são as dinâmicas regionais. Aplicado ao caso israelense, essa estratégia se evidencia por três fatores: i) cenário regional de legitimidade contestada e ii) histórico da aliança com Estados Unidos; iii) divulgação do documento da sua doutrina nacional de defesa. Se por um lado, os Estados Unidos na sua condição de unipólo se utiliza de Israel como assegurador de seus interesses para a conjuntura do Sistema Regional do Oriente Médio, por outro lado, Israel na sua condição de potência regional busca proteção do seu histórico

<sup>31</sup> Com a iniciativa de instauração da República Árabe Unida (1958), junto ao Egito.

aliado ocidental pela estratégia do balanceamento regional. Conclui-se que trata-se de uma relação de ajuda mútua em que um Estado se vale da polaridade do outro, em diferentes níveis de análise.

A partir da análise exploratória dos capítulos iniciais da IDF (2015), com enfoque na definição do inimigo, corroboramos com a hipótese de que as ameaças estatais declaradas por Israel, tais quais: Irã, Líbano e Síria –, sub-estatais – Hesbollah e Hamas e não-estatais – *Global Jihad, Palestiniam Global Jihad* e Estado Islâmico, fazem parte da seara de rivalidade dos Estados Unidos e são produto da congruência de interesses mútuos dos dois países na região: contenção do crescimento militar dos países árabes aliados da URSS que contestam a existência de Israel. Para além da análise do conteúdo documental, cabe salientar o contexto conjuntural relevante para atuação dos Estados Unidos, que data a divulgação do documento, caracterizado pela intensificação do conflito na Síria; intensificação do conflito israelo-palestino (Operação Margem Protetora) e intensificação da questão nuclear iraniana. Com a atual administração de Donald Trump e com os recentes eventos como a retirada conjunta de ambos países da UNESCO (2017) e o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel por parte dos Estados Unidos (2017) é possível afirmar que este comprometimento retrata um processo de continuidade sem prospecção de mudança, tal qual conforme analisou-se: está inserido na sua atual política declaratória. Frente ao cenário de improvável alteração da situação Palestina e dos próximos anos de Trump no poder é possível afirmar que os “irmãos no Oriente Médio” tendem a permanecer mais interligados do que jamais estiveram.

## REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. The Emerging Regional Architecture of World Politics. **World Politics**, 59, 2007. pp.629-652
- BECK, Martin. The Concept of Regional Power as Applied to the Middle East. In FÜRTIG, Henner (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the arab spring**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014. pp.1-20.
- BECK, Martin. Israel: Regional Politics in a Highly Fragmented Region. In: **Regional Leadership in the Global System Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**. Organizado por Daniel Flandes. PP. 127 – 151. England, USA: Ashgate Publishing. 2010
- BUZAN, Barry. The Inaugural Kenneth Waltz Annual Lecture: A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. *International Relations*, v. 1, n. 25, p. 3-25, 2011.
- BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder CO: Lynne Rienner Publishers. 1998.
- CASTELLANO, Igor. **Política externa na África Austral: causas das mudanças nos padrões de cooperação-conflito (1975-2010)**. 2014. 437 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, PPGEEL, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.
- FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel: Uma aliança em questão**. São Paulo. Editora Hucitec, 2008.

- FERABOLLI, Sílvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 1, janeiro/junho 2007, p. 63-97.
- FLEMES, Daniel. Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case. **GIGA Working Paper Series**. June, 2007.
- FÜRTIG, Henner. Prospects for New Regional Powers in the Middle East. In FÜRTIG, Henner. (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the arab spring**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014. pp.209-220.
- HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge University Press. Cambridge. 2005.
- HERZOG, Michel. "New IDF Strategy Goes Public". **The Washington Institute: Improving the quality of the U.S Middle East Policy**. 2015. Disponível em: < <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/new-idf-strategy-goes-public>> Acesso dezembro de 2018.
- HINNEBUSCH, Raymond. Failed Regional Hegemons: the case of the middle east regional powers. South Orange: Journal of Diplomacy and International Relations, v.XIV, n. II, 2013. pp.75-88.
- HOBSBAWM. Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX - 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IKENBERRY, John. MASTANDUNO, Michael. WOLFORTH, William. Introduction: Unipolarity, State Behavior and Sistemic Consequences. **World Politics**, V. 61, N. 1, January 2009, pp. 1-27
- ISRAEL. The Israel Defense Forces Strategy (IDF 2016)**. The IDF Chief of the General Staff. Translation by Susan Rosenberg. Research Assistance by Henry Rome Design & Layout by Andrew Facini, President and Fellows of Harvard College. Printed in the United States of America. 2016.
- KAPPEL, Robert. Israel: The Partial Regional Power in the Middle East. In: **Regional Powers in the Middle East**. Organizado por Henner Fürtig. PP. 145 – 163. New York: Palgrave Macmillan. 2014.
- LOOSE, Júlia. **A Construção da aliança de Estados Unidos e Israel: incentivos estruturais, identidade e lobby**. 2015. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria. 2015.
- MONTEIRO, Nuno. Unrest Assured: Why Unipolarity Is Not Peaceful. **International Security**, Vol. 36, No. 3, Winter 2011/12, pp. 9 -40.
- PECEQUILO. Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?** Editora UFRGS. Porto Alegre. 2003.
- PRYS, Miriam. Hegemony, Domination, Detachment: Differences in Regional Powerhood. **International Studies Review**, Malden, v. 12, n. 4, p. 479–504 , 3 Dec. 2010.
- ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio pós-Guerra Fria: a geopolítica e o processo de paz Israel –OLP. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 17-45, jan./jun. 2012.
- SINGER, J. D. **The Level-of-Analysis Problem in International Relations**. World Politics, 14(1), 77-92, 1961.
- STEWART-INGERSOLL, Robert. FRAZIER, Derrick. **Regional Powers and Security Orders: A Theoretical Framework**. London, Routledge Global Security Studies, 2011.

- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. 2012. **Yearbook: armaments, disarmament and International Security**. Stockholm International Peace Research Institute database. 2012.
- VILLA, Rafael Duarte. OSTOS, Maria Del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Rev. Brasileira de Política Internacional**. 28 (2): 86-110 [2005].
- VISENTINI. Paulo Fagundes. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2014.
- WALT, Stephen. Alliances in a Unipolar World. **World Politics**. V. 61 / Issue 01 /January 2009, pp 86 – 120.
- \_\_\_\_\_. **The Origins of Alliances**. Corneel University Press. Ithaca and London. 1987. WALT 2009
- WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução: Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa. Gradiva. 2002.
- WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, v. 24, n. 1, Summer 1999, p. 5-41.
- ZAHREDDINE, Danny. TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. A Ordem Regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de setembro. **Revista de Sociologia e Política**. V. 23, n. 53, p. 71-98, mar, 2015.

*Recebido em 9 de maio de 2019.  
Aprovado em 5 de setembro de 2019.*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo primário a análise exploratória do documento da Política Declaratória de Defesa de Israel, divulgada ao público pela primeira vez na história do Estado (2015). Como objetivo secundário, busca-se analisar o reflexo da aliança histórica de Estados Unidos e Israel na Política de Defesa israelense, objetivando o recorte analítico quanto à interpretação do país no que tange a definição do inimigo. Em face deste cenário parte-se do seguinte problema de pesquisa: Qual o papel dos Estados Unidos na construção da atual política declaratória de defesa de Israel no que tange a identificação de ameaças? A hipótese inicial considera que as ameaças identificadas por Israel são produto da aliança histórica e congruência de interesses de ambos países para o Sistema Regional do Oriente Médio. Argumenta-se que a congruência de interesses de Estados Unidos e Israel se traduzem na estratégia de alinhamento de *balanceamento regional*. Para melhor compreensão ao leitor, a estrutura do texto se divide em duas seções que correspondem aos objetivos do trabalho: inicialmente analisam-se as mudanças estruturais do período Pós Guerra Fria e o arcabouço teórico de alinhamentos sistêmicos; na segunda seção apresenta-se o estudo da Política Declaratória de Defesa israelense, atentando-se para os seguintes fatores: i) caso de Israel como *Regional Power*; ii) histórico da aliança com Estados Unidos, e iii) análise do documento “*The Israel Defense Forces Strategy*” (2015). A metodologia empregada consiste na adoção de fontes primárias (análise do Documento de Defesa Nacional) e fontes secundárias (revisão bibliográfica sobre o tema).

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Israel; *regional balancing*.

## ABSTRACT

The central objective of this paper is to explore an analysis of the document of Israel's National Defense Policy, released to the public for the first time in the history of the State (2015). As a secondary objective, it seeks to analyze the impact of the historical alliance of the United States and Israel in the Israeli Defense Policy, aiming at the analytical cut regarding the interpretation of the country regarding the definition of the enemy. The research is conducted by this problem: What is the role of the United States in the construction of Israel's current declaratory defense policy with regard to the identification of threats? The initial hypothesis considers that the threats identified by Israel are a product of the historical alliance and congruence of interests of both countries for the Middle East Regional System. It is argued that the congruence of interests of the United States and Israel translates into the strategy of regional balance alignment. For a better understanding of the reader, the structure of the text is divided into two sections that correspond to the objectives of the work: initially, it analyzes the structural changes of the post-Cold War period and the theoretical framework of systemic alignments; in the second section, it presents the study of the Israeli Declaratory Defense Policy, paying attention to the following factors: i) the case of Israel as a Regional Power; ii) the historical alliance with the United States; and iii) analysis of the document “*The Israel Defense Forces Strategy*” (2015). The methodology consists of the adoption of primary sources (analysis of the National Defense Document) and secondary sources (literature review on the topic).

**Key-words:** United States; Israel; *regional balancing*.

#### **COPYRIGHT:**

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

